

A ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA MUNDIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA QUESTÃO NUCLEAR

CHINA'S ASCENSION AS A WORLD POWER: AN ANALYSIS OF THE NUCLEAR ISSUE

Diego Felipe Antunes¹

RESUMO

A China vem afirmando-se recentemente como um ator de grande relevância no sistema internacional contemporâneo. Entendendo que apreender a complexidade dessa ascensão em sua totalidade é tarefa por demais extensa para os limites deste trabalho, o presente artigo pretende analisar um segmento específico da trajetória chinesa: a questão nuclear. Nesse sentido, o trabalho analisa o desenvolvimento do arsenal nuclear chinês, as políticas de promoção de energia nuclear, além de tentar delinear o posicionamento geral da sociedade chinesa acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE

Energia Nuclear, Armas Nucleares, República Popular da China.

ABSTRACT

China has been affirming itself for some time now as a relevant actor in the current international system. Recognizing the complexity of such phenomenon, the present article intends to analyze a very specific segment of China's path: the nuclear issue. Therefore, it analyzes the development of Chinese nuclear arsenal, nuclear energy promotion policies, and tries to underline the general position of Chinese society about this topic.

KEY-WORDS

Nuclear Energy; Nuclear Weapons; People's Republic of China.

¹Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Email: diego-fba@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Muitos autores e vertentes teóricas das Relações Internacionais consideram o fenômeno da transição hegemônica um processo caótico de ritmo e consequências imprevisíveis para o sistema e para os atores nele inseridos.² Nesse sentido, é notável a atenção dada – inclusive na grande mídia³ – ao alegado processo atual de afirmação de um novo candidato à hegemonia mundial, num futuro próximo, em que os Estados Unidos, atual potência líder, cederão o posto de hegemonia mundial para uma China cada vez mais dominante econômica e politicamente.

Enquanto essa antecipada transição se mantém como perspectiva futura e distante, grande parte da academia já se ocupa em entender como a China se colocou nessa posição de candidata a próximo *hegemon*. Preocupado em compreender as possibilidades de que tal transição caótica e desordenada apontada pela teoria ocorra, mas reconhecendo a impossibilidade de apreender a enorme complexidade de fatores e fenômenos que levaram a China à posição atual, o presente trabalho tem como objetivo principal situar a China acerca de um ramo bem específico, mas extremamente importante das relações internacionais: a questão nuclear.

Entendendo a “questão nuclear” como um termo genérico que engloba, pelo menos, duas vertentes distintas, mas correlacionadas – a militar e a civil – o trabalho assim se divide: na primeira seção, busca-se traçar um breve histórico do desenvolvimento bélico nuclear na China, resgatando suas bases ideológicas e sua inserção internacional como potência nuclearmente armada, além da doutrina oficial proclamada pelo governo sobre o uso de armas nucleares. A segunda parte ocupará-se de destacar o histórico mais recente da energia nuclear chinesa, apontando os motivos que levaram a China a apostar nessa vertente, além dos desafios que o país tende a enfrentar em sua iniciativa de expansão energética nuclear. O terceiro e último ponto tentará compreender a maneira com que a sociedade chinesa se posiciona a respeito do tema, identificando os principais obstáculos à atuação da sociedade civil organizada na China e destacando exemplos de movimentações populares chinesas acerca da questão.

²Um exemplo seria WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Wallerstein argumenta que, ao menos nos próximos cinquenta anos, o mundo se verá num irreversível processo de troca de hegemonia. Apesar de não considerar nenhuma potência substituta, o autor adverte sobre o caos sistêmico que a transição gerará.

³Nesse sentido ver NINIO, Marcelo. **Cresce a percepção de que a China será a maior potência mundial, diz pesquisa**. Folha de São Paulo, julho de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1312942-cresce-a-percepcao-de-que-a-china-sera-a-maior-potencia-mundial-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 26 jul 2014.

A hipótese a ser examinada ao longo da pesquisa é a de que a questão nuclear, quando analisada no caso chinês, serve como um indicativo específico de crescimento e desenvolvimento – político, econômico e social – que coaduna com o quadro mais geral de ascensão generalizada dos vários aspectos da realidade da China. A importância deste trabalho, portanto, reside no fato de que ele tenta compreender a emergência da China como grande potência, ainda que através de um segmento específico.

A CHINA COMO UM ESTADO NUCLEARMENTE ARMADO

No que tange ao aspecto sistêmico de análise, a história da nuclearização bélica chinesa se insere numa sequência de proliferações da tecnologia nuclear iniciada a partir de 1945, ano em que também inicia a chamada “era nuclear”. A partir dos bombardeios ao Japão, os EUA se afirmam como primeira potência nuclear da história, iniciando a partir daí intensa política de manutenção do chamado “monopólio nuclear”. Tal política funciona com dificuldades até 1949 quando a URSS consegue replicar a tecnologia americana. Já, em 1952, o Reino Unido realiza com sucesso sua detonação atômica, o que leva o presidente Dwight Eisenhower à adoção do discurso *Atoms for Peace* na AGNU. Em 1960, é a vez da França alcançar o status de potência nuclearmente armada, impelindo os EUA a dar um novo passo no controle do armamento: o Tratado Parcial para a Proibição de Testes Nucleares, de 1963 – acordo que a China ignorou enquanto ainda não tinha terminado seus testes (SAMPAIO, 2012).

Quarto na sequência de proliferações, o caso da China é carregado de maiores significados para a conjuntura geral. A entrada do país asiático nesse seleto rol se dá em meio a um debate interno dentro dos serviços de inteligência americanos: permitir ou não a conquista, por parte dos chineses, de tal tecnologia – algo cuja ocorrência era estimada em algum momento entre 1963 e 1965? A primeira atitude americana foi tentar angariar apoio da URSS para dissuadir a China de tentar, proposta recusada pelos soviéticos (NETO, 2012, p. 62-63). Assim, os chineses realizam, em 1964, uma detonação nuclear bem sucedida e que gera um impacto significativamente maior que as detonações anteriores pelo simples fato de que ela demonstrava a acessibilidade da tecnologia a um país em desenvolvimento. O exemplo da China não poderia ser permitido outra vez, e a política americana de conter a proliferação passou a ser esforço coletivo das potências nucleares. Vem desse “susto chinês” o início das negociações do Tratado de Não Proliferação, em 1965 (SAMPAIO, 2012, p. 38-39).

Entrado em vigor em 1970, o TNP representaria um congelamento de poder extremamente favorável aos cinco países que já detinham o armamento nuclear (o chamado P5), legalmente reconhecidos pelo tratado como “nuclearmente armados”. A China se enquadrou nesse grupo e, a partir daí, promoveu uma política de mera adequação ao regime internacional nuclear que foi se delineando a partir de então.

Em plano nacional, pode-se dizer que o desenvolvimento de um arsenal nuclear tem, em grande medida, impulso a partir das ideias do líder Mao Zedong, o qual imprimiu em vários discursos públicos uma ideia simplista da arma nuclear, novidade de sua época:

A bomba atômica é um espantinho que os EUA usam para assustar as pessoas. Parece terrível, mas de fato não é. Claro, a bomba atômica é uma arma de destruição em massa, mas o resultado de uma guerra é decidido pelas pessoas, não por um ou dois novos tipos de armas (ZEDONG apud ZHU, 1997, p. 41).

Não só ele reduziu o papel do artefato na dinâmica da guerra, como também o fez em relação ao papel que a nova arma viria desempenhar na política internacional, já que, segundo ele, numa guerra nuclear, “mesmo se metade da população no mundo morresse, outra metade sobreviveria. Além disso, o imperialismo seria destruído e o mundo inteiro seria socializado. Depois de alguns anos, haveria 2.7 bilhões de pessoas novamente.” (ZEDONG apud ZHU, 1997, p. 41).

Mingquan Zhu (1997, p. 41) argumenta que a aceitação desse pensamento do líder nacional pelas elites políticas foi responsável por moldar nos centros de decisão política chinesa a noção de que “qualquer Estado soberano tinha o direito legal de desenvolver armas nucleares para autodefesa, assim como eles poderiam desenvolver qualquer arma convencional”. Mais do que isso, o autor ressalta que, sendo um direito soberano, a cooperação com países socialistas seria uma “manifestação de internacionalismo proletário”.

Assim, não só a decisão de começar a empreender esforços na busca do armamento nuclear se deu na segunda metade da década de 50, aí também se firmaram as bases da cooperação com os soviéticos na questão – cristalizada no Acordo sobre Produção de Novas Armas, Equipamentos Tecnológicos Militares e Estabelecimento de uma Indústria Atômica, de 1957. O acordo foi posteriormente rompido unilateralmente pela URSS, inserindo-se no quadro mais geral de deterioração das relações entre os dois

países. Ainda assim, as bases já estavam lançadas para que, em 1964, a primeira bomba atômica chinesa fosse detonada com sucesso (ZHU, 1997, 41-42).

Um outro ímpeto para o desenvolvimento de armas nucleares – além da visão simplista de Mao – diz respeito às pressões regionais externas que afetaram a China na década de 50. Durante a Guerra da Coreia (1950-53), conflito que colocou em lados opostos China e Estados Unidos, estes últimos se valeram da ameaça de uso de armas nucleares para intimidação sobre os esforços militares chineses. Nas duas crises do Estreito de Taiwan, os americanos empreenderam o mesmo tipo de ameaça. A grande motivação por trás da busca da bomba, se analisada através desses episódios, pode ser entendida como a busca pela garantia de que a China não mais seria submetida por outro país por causa de uma arma nuclear (COLBY; DENMARK, 2013, p. 29).

De 1964 até a metade dos anos 80, a China sofreu de uma doutrina bélica nuclear oficial e bem articulada. Em razão de ainda não ter alcançado um arsenal suficientemente grande ou forte, o governo chinês do período não aceitou a estratégia de contenção como válida – na verdade, ela era vista como meio das superpotências de se imporem sobre Estados mais fracos. Assim, a China preferiu adotar, nesse primeiro momento, uma estratégia de contra chantagem nuclear: ao invés de tentar contrabalancear as ameaças nucleares de potências maiores com uma capacidade nuclear bélica equiparável, a China se comprometia apenas a evitar a chantagem nuclear feita por essas potências através da ameaça de uso de suas poucas, mas efetivas unidades nucleares. O custo dessa pequena retaliação chinesa servia como elemento de dissuasão contra qualquer potência que quisesse se sobrepor à China com base em armamento nuclear. Sob esse ângulo, a lógica chinesa era a de que algumas armas nucleares eram suficientes para eliminar o “efeito chantagem” de grandes arsenais. (LIPING, 2000, p. 3).

A confecção dessa estratégia levou em conta uma série de considerações: as armas nucleares, apesar de massivamente destrutivas, por si só não poderiam decidir guerras; a geografia e condições chinesas eram propícias a conflitos que envolvessem armas convencionais e exércitos de massa; até 1985, a China tinha em seus cálculos políticos o medo constante de uma guerra generalizada com a URSS, e a retórica da contra chantagem era parte de uma estratégia maior de preparação para tal guerra. Grande parte da doutrina oficial atual da China, em matéria de estratégia nuclear, parece girar em torno dessa preocupação (LIPING, 2000, p. 3-4).

Contudo, após 1985, pelo menos dois fatos contribuíram para que essa primeira estratégia chinesa começasse a perder espaço em detrimento de uma doutrina mais bem ornamentada: em 1989, a China consegue estabelecer um sistema de guerra nuclear capaz de empreender retaliação estratégica – condição antes inacessível – o que impedia a adoção da estratégia de contenção nuclear. Além disso, durante a década de 80, o Exército Popular Chinês passou por diminuições de seus quadros convencionais, o que intensificou a importância de forças nucleares compensatórias (LIPING, 2000, p. 4).

Esses fatos evidenciam uma trajetória interessante. Até a década de 60, percebe-se o grande peso que o posicionamento americano exerce sobre os cálculos políticos da China. O apoio dos Estados Unidos à causa de Taiwan – consolidado na assinatura do Tratado Sino Americano de Defesa Mútua, logo após a Guerra da Coreia (1954) –, seu esforço em isolar um país comunista dentro do enfrentamento ideológico global, bem como a reincidência de ameaças nucleares na fala de presidentes americanos, constantemente constringendo os interesses geopolíticos chineses, são todos fatores que pesaram na decisão de inserir o elemento nuclear na capacidade de dissuasão do país. Paradoxalmente, à medida que a década de 60 avança e as relações com os EUA vão melhorando, a noção de uma ameaça soviética passa a ser a força motriz por trás dos esforços chineses de ampliação de sua capacidade nuclear dissuasória. Essa interpretação de fatos parece indicar uma dinâmica de nuclearização de dentro para fora, segundo a qual ameaças externas seriam os incentivos principais ao desenvolvimento do armamento nuclear. Isso explica, de certa forma, a adoção de doutrinas e estratégias nucleares que se justifiquem mais pela necessidade de defesa do que por aspirações ofensivas.

Nesse sentido, a partir da segunda metade da década de 80, a China foi estruturando uma doutrina oficial a respeito de seu arsenal nuclear, a qual pode ser sintetizada em cinco pontos: declaração do princípio “*no first use*”, de acordo com o qual a China veta a si mesma de ser o primeiro país a disparar armas nucleares durante um conflito; estabelecimento de um arsenal mínimo, mas suficiente para atender às exigências de uma retaliação; construção de capacidades para suportar um primeiro ataque e manter as condições de disparar um ataque retaliatório; o princípio do “*no first use*”, de forma mais detalhada, pode ser desmembrado em duas únicas linhas de ação para o uso das armas nucleares: autodefesa e retaliação; e, por fim, a China foi o primeiro país a incluir em sua doutrina o comprometimento à eliminação das armas nucleares no mundo como objeto máximo (LIPING, 2000, p. 5-8).

Atualmente, a China tem um número total de armas nucleares estimado em cerca de 250 unidades, sendo o quarto país com maior arsenal nuclear do mundo – atrás da Rússia (8500), EUA (7500) e França (300).⁴ Além de ser o único país das cinco potências nucleares originais que mantém um programa de expansão e modernização de arsenal, a China também é acusada, principalmente pelos EUA, de não ser transparente o suficiente quanto ao seu programa, o que prejudicaria a posição chinesa (KRISTENSEN e NORRIS, 2013, p. 79-80).

Outro receio, ecoado principalmente no interior dos EUA, é o de que os esforços chineses de modernização de seu arsenal sejam uma tentativa de equiparar o poder nuclear chinês com o americano ou russo. Essa é uma visão equivocada quando se leva em conta o arsenal numericamente pequeno e o ritmo lento com que essa modernização é empreendida, fatores que na verdade são condizentes com a doutrina acima exposta de uma China preocupada apenas em retaliar caso seja atacada. A modernização do arsenal nuclear, nesse quesito, vem somente no sentido de assegurar a capacidade chinesa de conseguir disparar um ataque nuclear, se for atingida primeiro (KULACKI, 2011).

A consistência da política de “*no first use*” no discurso chinês é inegável, e seu encaixe nas políticas de modernização nuclear respaldam e legitimam esta. Ainda assim, duas ressalvas sobre essa política precisam ser feitas. Primeiro, para um país de relações regionais relativamente tensas (Taiwan, Coreia do Norte), é impossível prever se a China manterá a orientação de não atirar primeiro em momentos de crise extrema, quando a sobrevivência nacional esteja em jogo. Na verdade, a decisão de abandonar o *no first use* é uma cartada unilateral e possível dos estrategistas chineses que sempre estará presente nos cálculos políticos de nações rivais (COLBY e DENMARK, 2013, p. 30-31).

Segundo, o futuro do “*no first use*” parece incerto. Desde 1998, a doutrina nuclear chinesa é publicada no chamado “*White Paper*”, um documento oficial bienal que sumariza a orientação chinesa acerca de sua capacidade nuclear. Em todas as edições, o “*no first use*” foi enfaticamente reafirmado como o centro da estratégia chinesa, com exceção da última edição de 2013. Nela, o princípio não é mais mencionado, e, apesar dessa omissão não representar grandes mudanças gerais na doutrina como um todo, a continuidade do “*no first use*” caiu em debate. Além do documento, em dezembro de 2013, o então secretário geral do Partido Comunista, Xi

⁴ Dados disponíveis em: <http://www.ploughshares.org/world-nuclear-stockpile-report>. Acesso em 12 jul. 2014.

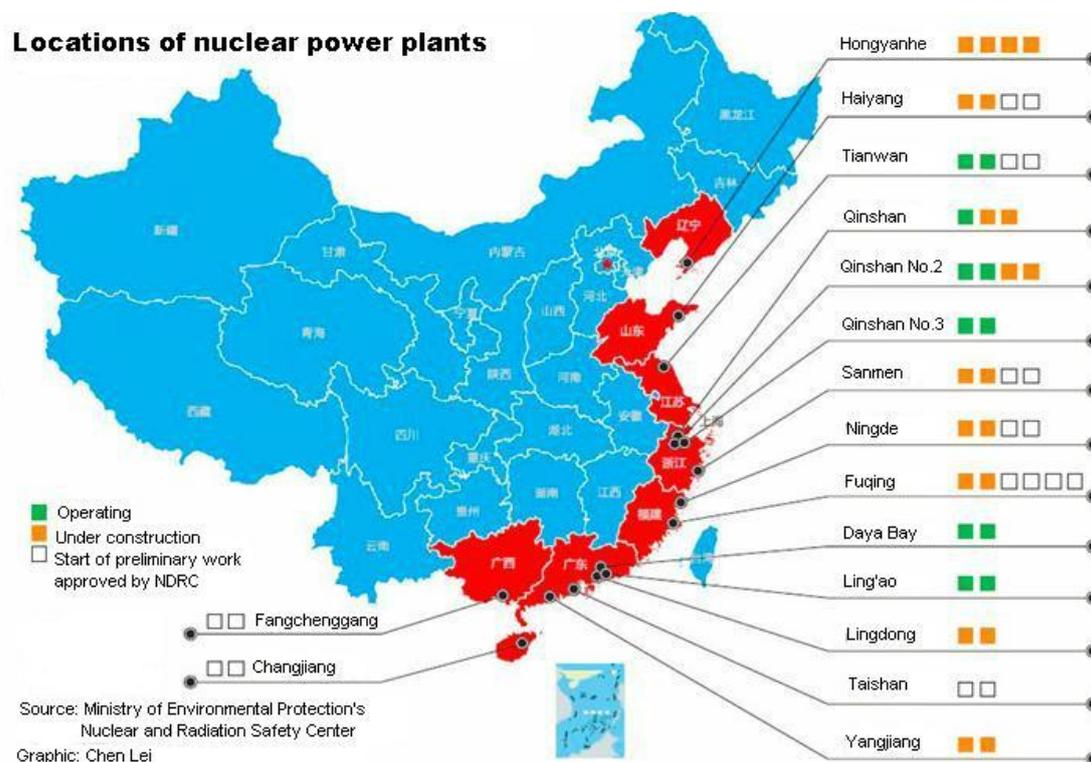
Jinping, fez discurso à Segunda Força de Artilharia do exército, no qual elevou a arma nuclear à condição essencial para que a China se afirme como potência mundial – visão sensivelmente diferente às ideias iniciais de Mao sobre uma arma como outra qualquer. Na ocasião, o “*no first use*” – princípio central da doutrina sempre orgulhosamente sublinhado – sequer foi mencionado (ACTON, 2013).

A ENERGIA NUCLEAR NA CHINA

Na década de 80, com base na estrutura militar já montada, a construção e instalação de um reator nuclear de 300 megawatts inaugura o início do programa nuclear civil na China. Apesar de ser um início tardio em relação a outros países, o ritmo com que se desenvolve a tecnologia nuclear na China é acelerado (SCHNYDER e FROGGATT, 2012, p. 59): em 1985 constrói-se Qinshan-1, a 100 quilômetros de Shangai, começando operações comerciais em 1991. Ainda nos anos 80, uma usina ainda maior, DayaBay, foi instalada perto de Hong Kong, esta com tecnologia francesa. Suas operações comerciais começaram em 1994. A crise asiática dos anos 90 comprometeu o andamento de outros projetos nucleares na China, os quais só foram retomados no 10º Plano de Cinco Anos (2001-2005), planejamento que elegia a expansão da energia nuclear como meta através da construção de mais oito reatores nucleares. Em 2003, falhas no fornecimento de energia serviram de forte incentivo para que o plano seguinte (2006-2010) incluísse outros 14 reatores nucleares (STERNFELD, 2010, p. 3-4).

A partir de 2008, o país intensificou a instalação de usinas nucleares, rendendo números consideráveis: atualmente, das 66 unidades em construção pelo mundo, 28 se localizam na China (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 47). No ano de 2012, a matriz nuclear energética chinesa já contava com 15 reatores em plena funcionalidade, com geração de 12 gigawatts de energia elétrica. A meta estabelecida para 2020 é o alcance da geração de 60 a 70 gigawatts (ZHOU, 2010).

Figura 1 – Localização das usinas nucleares chinesas



Fonte: <http://www.chinafile.com/drought-and-earthquakes-pose-enormous-risk-chinas-nuclear-plans>

Mas o que levou a China a transitar de um programa nuclear puramente militar para um outro que abarcasse também uma dimensão civil? Uma série de fatores ajuda a responder essa questão. Em primeiro lugar, o enorme crescimento econômico que a China vem atravessando tem ampliado a demanda por energia – de 2000 a 2008, o aumento foi de 100%. Historicamente, o carvão tem sido a principal fonte energética do país, mas sua extração é geograficamente problemática, seu escoamento pelo país é custoso e vulnerável a falhas (complicações climáticas durante o transporte ferroviário, por exemplo), as minas de carvão chinesas têm fama mundial como as mais perigosas do mundo, além do fato de a produção de energia com base em carvão incorrer em inúmeros problemas de ordem ambiental. Dentro do Partido Comunista da China (PCC), o primeiro ministro Li Peng tem sido o principal apoiador e promotor da iniciativa nuclear iniciativa (ZHOU, 2010).

A energia nuclear, por outro lado, tem benefícios que a tornam atraente em relação ao carvão: apesar de exigir um investimento inicial muito mais alto para a instalação de uma usina do que para a extração do mineral, os custos de manutenção da energia nuclear são muito menores. Além disso, tal energia tem a vantagem de ser uma

fonte compacta que exige menor esforço de transporte: a quantidade de urânio necessária para manter uma usina funcionando é muito menor que a quantidade de carvão ou petróleo necessária para outros modelos de geração de energia (ZHOU, 2010, p. 3760).

Contudo, deve-se sempre ter em mente que a energia nuclear é uma tecnologia sensível que requer cuidados especiais. Todo esse esforço chinês de expansão nuclear energética acaba, às vezes, sendo visto com desconfiança por seu caráter “agressivo”. He Zuoxiu, por exemplo, tem comparado a iniciativa atual de expansão com o “grande salto adiante” promovido por Mao Zedong na década de 50. Para ele, “o ritmo de desenvolvimento nuclear e a diversidade de modelos de reatores está levando a níveis de experiência operacional insuficientes”, o que faria do período 2020-2030 um momento muito propício para acidentes nucleares na China (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 96).

Outros problemas se acrescem ao ritmo acelerado de expansão. Apesar da matriz de pequena escala atualmente produzir uma quantidade pequena e administrável de lixo tóxico, se as previsões são de expansão, como a China pretende lidar com a produção em larga escala de lixo tóxico que tal ampliação energética invariavelmente irá causar? Além disso, deve-se ressaltar que o principal elemento de uma cadeia de produção de energia nuclear – o urânio – não é abundante na China, pelo contrário, jogam-se dúvidas sobre a capacidade chinesa de atender suas próprias demandas pelo minério (ZHOU e ZHANG, 2009, p. 4283).

Quando colocado em números, tem-se uma dimensão do enorme problema que a China tem pela frente. Estimando uma produção de 40 gigawatts de energia nuclear em 2020, a demanda acumulada por urânio seria algo entre 89.992 e 91.364 toneladas. Em contraste, a melhor das análises aponta uma reserva total de 48.800 toneladas de urânio na China atual. Diante disso, é forçoso considerar que, a fim de atender suas metas de expansão e de manter níveis mais altos de geração de energia nuclear, a China terá de se engajar na compra internacional de urânio (WANG, 2009, p. 2490).

Outro desafio diz respeito à tecnologia empregada na China. O principal modelo de reator utilizado é de geração II, ou seja, de geração atrasada e menos eficiente. O país não tem recursos de pesquisa e desenvolvimento suficientes para alcançar, por meios próprios, a tecnologia de geração III, tendo ainda como única saída a importação da tecnologia (ZHOU e ZHANG, 2009, p. 4283). Em 2008, em meio à enxurrada de documentos liberados pelo Wikileaks, um chamou a atenção por registrar as impressões

de diplomatas e técnicos americanos acerca da situação chinesa. Para eles, a tecnologia dos reatores empregados na China era mera cópia de reatores inventados há mais de 60 anos. Na verdade, especialistas já apontaram que, mesmo em 2004, a tecnologia chinesa não atendia às exigências mínimas de segurança, o que comprometia a legitimidade de seu uso (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 95).

Um último problema digno de nota tem natureza jurídica e institucional. Em 28 de junho de 1983, a China aprovou sua legislação sobre Prevenção e Controle de Poluição Radioativa que, no entanto, é acusada de ser simplória e ineficiente, não cobrindo com precisão todo o ciclo de produção nuclear. Na verdade, em contraste com a rápida expansão da realidade nuclear chinesa, a lei acabou rapidamente se tornando desatualizada. Para piorar, há um desencontro de agências especializadas na questão. O Ministério de Proteção Ambiental é o órgão responsável por monitorar e administrar trabalhos governamentais concernentes à eliminação de lixo tóxico. Contudo, a implementação de planejamentos relativos ao lixo tóxico é matéria de jurisdição da Autoridade de Energia Atômica da China. Levando em conta as expectativas de que, em 2020, a produção de lixo radioativo leve à cifra de 8000 toneladas, torna-se latente a necessidade de atualização jurídica e institucional (WANG, 2009, p. 2490-2491).

A SOCIEDADE CHINESA DIANTE DA QUESTÃO NUCLEAR

Com tantos problemas concernentes à produção nuclear na China, não seria de se estranhar que a população do país viesse a demonstrar sinais de oposição às iniciativas de expansão da produção energética ou de modernização dos arsenais. Na verdade, o suporte popular a novas iniciativas governamentais na questão não pode mais ser encarado como algo garantido, fato que o governo vem levando cada vez mais em consideração (SHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 96).

Existe, entretanto, uma série de complicadores específicos da realidade chinesa para que movimentos como esses ocorram num contexto semi-autoritário. Em primeiro lugar, já se apontou como a internet e a comunicação digital foram importantes para que movimentos como a Primavera Árabe pudessem ocorrer. Através de redes sociais e da velocidade com que as informações correram pela rede, ficou mais fácil congregar pessoas para mover causas comuns⁵. Na China, isso é diferente: existe um controle

⁵ FILALI-ANSARY, Abdou. As linguagens das revoluções árabes. **Journal of Democracy em Português**. V. 1, n.2, 2012, p. 1-16.

governamental intenso sobre o fluxo digital de informações, de forma que páginas críticas a assuntos governamentais têm o acesso restrito ao público ou são retiradas do ar (WISEMAN, 2008).

A mídia em si é outra instância restrita pelo governo. Os chineses têm conhecimento claro de eventos como o acidente nuclear de Chernobyl ou as conturbações populares acerca de políticas nucleares na Alemanha. Contudo, quando o assunto é o programa nuclear da China, o discurso oficial é de afirmação do caráter seguro da tecnologia e de seu respeito à preservação ambiental. Os reflexos desse cerceamento são constatados na formação da sociedade civil organizada da China:

Apesar de a China ter observado um desenvolvimento promissor de ONGs ambientais em anos recentes, com incontáveis grupos se multiplicando por todo o país, nenhum deles até agora tratou abertamente de temas relacionados à segurança nuclear. Só recentemente, alguns cidadãos têm levantado vozes contra alguns projetos de usinas. Contudo, o criticismo a tais projetos é restrito ao tema geral dos impactos ambientais, sem tratar abertamente de questões específicas como segurança nuclear ou lixo tóxico (STERNFELD, 2010, p. 7).

Em 15 de agosto de 1995, por exemplo, cinco ativistas estrangeiros do Greenpeace executaram uma demonstração de apenas um minuto na Praça Tiananmen, levantando um grande banner de protesto contra o teste nuclear que se esperava que fosse realizado naquele dia pelo governo chinês. A polícia imediatamente rasgou o banner e prendeu os cinco ativistas e todos os jornalistas estrangeiros que tentaram cobrir o evento. Os panfletos que o grupo planejava entregar aos transeuntes foram apreendidos. A reação, na verdade, já era esperada pelos ativistas (THE REGISTER GUARD, p. 6A).

Contudo, apesar das dificuldades impostas aos chineses quanto ao exercício da liberdade de expressão, não se pode dizer que inexistam manifestações sociais ou ativismo civil no país. Isso fica ainda mais evidente quando se constata que o acidente nuclear de Fukushima teve forte peso na mentalidade do cidadão chinês em razão das graves consequências trazidas pelo episódio: 150.000 pessoas evacuadas de suas casas, outras dezenas de milhares preocupadas com os efeitos da dispersão radioativa que, segundo o próprio governo japonês, teria afetado pelo menos 101 municípios (SCHNEIDER e FROGGATT, 2013, p. 63). O peso dessa ocorrência recente certamente deve ser levado em conta.

Isso se deve ao fato de a dinâmica dos movimentos sociais antinucleares ter uma característica própria de se dar em ciclos, que se revigoram sempre que ocorre um

evento importante relativo à questão nuclear. Por isso, os movimentos antinucleares se intensificaram enormemente após o acidente nuclear de Chernobyl em 1986, ou após o derretimento na usina americana de Three Mile Island, em 1979 (SHEPERD, 2011). O acidente japonês pode ser encaixado, nessa lógica, como o mais recente ímpeto de alcance global aos movimentos antinucleares, incluindo os chineses.

Os precedentes da movimentação popular na China, em matéria nuclear, datam já da década de 80, quando a população de Hong Kong protestou contra a instalação de DayaBay em localidade tão próxima à fronteira. Colocando em questão a capacidade dos técnicos chineses de administrar uma instalação tão grande, num mundo já assombrado pelo acidente nuclear de Chernobyl, a população de Hong Kong conseguiu congrega ativistas e ONGs para tentar evitar que DayaBay fosse instalada. O movimento não obteve êxito à medida que outras clivagens maiores (como a questão da soberania de Hong Kong) acabaram afetando os rumos do processo (LAI, 2000, p. 268-271). Ainda assim, o episódio se tornou a primeira manifestação social relativa ao programa nuclear chinês.

A outra vertente da questão nuclear – a vertente bélica – também já foi alvo de descontentamento. Em dezembro de 1985, uma série de pelo menos três protestos inquietou as autoridades chinesas. Após protestarem na cidade de Urumqui, centenas de estudantes da distante região de Xinjiang levaram suas mensagens de protesto a Shangai e, em seguida, à Praça Tiananen, em Pequim. Eles reivindicaram o fim de testes nucleares militares, que, na época, já totalizavam cerca de 30 detonações, todas no complexo de LopNur, no meio do deserto de Taklamakan, em Xinjiang. Além de ser o local onde a primeira bomba atômica chinesa foi detonada, a região também já era, a seu tempo, historicamente conhecida pelas minorias que ali moravam e pelo caráter contestatório de sua população (THE BULLETIN, p. 11).

Ainda em 2010, ocorria uma campanha para coleta de assinaturas na província de Shandong, as quais foram enviadas para o primeiro ministro na tentativa de evitar a instalação de três usinas na região, o que parece ter funcionado. A partir daí, os protestos populares na questão são todos registrados após o acidente de Fukushima, recebendo deste evento influência direta. Em 2011, na província de Liaoning, populares protestaram contra a instalação da usina de Hongheyan, preocupados com os riscos que a instalação poderia trazer à população local (STERNFELD, 2010, p. 7). Mais recentemente, em julho de 2013, a província de Guangdong assistiu a um levante popular massivo no qual mensagens de oposição à abertura de uma usina na região

levaram a uma rápida desistência do governo local em relação ao projeto (THE ECONOMIST, 2013). A resposta rápida do governo é digna de nota.

Uma tendência que se observou em algumas das movimentações populares é o medo de que a expansão de usinas nucleares para áreas interioranas da China – algo previsto no programa de expansão nuclear em curso – acarrete problemas de segurança nessas novas áreas. Observa-se, na Figura 1, apresentada anteriormente, que historicamente a China tem mantido suas usinas próximas ao litoral. O peso que o desastre de Fukushima teve nessa alteração de planejamento recente só pode ser mensurado, mas os reflexos na opinião pública são bem visíveis:

Uma pesquisa global da IPSOS conduzida em junho de 2011 descobriu que 42 por cento dos entrevistados na China apoiavam a energia nuclear, mas que 48 por cento eram contra. Também é reportado que oposição pública e preocupações ambientais têm levado a atrasos na construção de três usinas nucleares no interior. Em março de 2012, oposição à proposta da usina de Pengze, em Jiangxi, tornou-se visível, numa escala sem precedentes, com documentos de autoridades locais críticos ao projeto sendo postados na internet. “Em adição à postagem, dez delegados de uma “conferência política consultiva” numa província vizinha clamaram a seu governador provincial para pedir a Pequim que abandonasse o projeto” (SCHNEIDER e FROGGATT, 2012, p. 60).

Esses exemplos são suficientes para demonstrar que, apesar das dificuldades anteriormente apontadas à atuação da sociedade civil organizada na China, existem indícios de que esta seja uma tendência crescente na realidade chinesa. O desafio, nesse sentido, é solidificar um ambiente no qual a liberdade de expressão e pensamento sejam tanto garantidos pelo governo quanto devidamente usufruídos pela população. A questão nuclear pode ser considerada, portanto, um fragmento positivo dessa tendência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou examinar, através da questão nuclear em pelo menos três dimensões – militar, energética e social –, a dinâmica da ascensão chinesa como potência global. Através da pesquisa empreendida, consideram-se alguns resultados obtidos. No campo militar, a afirmação chinesa como quinta potência nuclearmente armada teve um significado mais profundo do que teve para Estados Unidos, URSS, Reino Unido ou França. Além disso, a doutrina do “*no first use*”, afirmada de forma veemente pelos chineses, conseguiu angariar para eles grande legitimidade em seu

discurso, inclusive para continuar empreendendo esforços de lenta expansão da capacidade bélica nuclear.

No campo energético, o trabalho verificou um desenvolvimento relativamente recente de usinas nucleares pelo território chinês, e que, no entanto, atualmente, “enquanto outros países no mundo estão desacelerando seus programas nucleares, a China está comprometida com o desenvolvimento substancial de sua indústria” (STERNFELD, 2010, p. 1). Essa expansão energética nuclear é posicionada, como visto, de forma a atender à demanda crescente por energia – cenário típico de um país em plena expansão – e para atender às pressões internacionais e internas por energia mais limpa e renovável do que o carvão. Apesar disso, a China tem grandes desafios futuros e presentes para a expansão de sua matriz energética nuclear.

Por fim, no campo social, a pesquisa demonstrou como a expansão bélica e energética da questão nuclear na China tem servido de base para a projeção cada vez maior da sociedade civil organizada chinesa – especialmente após o acidente nuclear japonês em Fukushima. Ainda que o contexto geral da China exponha um país com restrições à liberdade de expressão, os vários exemplos abordados dão indícios de uma flexibilização crescente por parte do governo acerca de ações organizadas pela sociedade civil. Atesta-se, portanto, a confirmação da hipótese inicial de que o exame específico da questão nuclear na China revela uma trajetória mais geral de crescimento e desenvolvimento. Seja militarmente, economicamente ou socialmente, a questão nuclear na China revela uma tendência geral positiva, ainda que com ressalvas pontuais.

REFERÊNCIAS

ACTON, James M. **Is China changing its position on nuclear weapons?**The New York Times, 26 abr. 2013. Disponível em: http://www.nytimes.com/2013/04/19/opinion/is-china-changing-its-position-on-nuclear-weapons.html?pagewanted=all&_r=0. Acesso em: 13 jun. 2014.

COLBY, Elbridge A; DENMARK, Abraham M. **Nuclear weapons and U.S.-China relations: a way forward**. Center for Strategic and International Studies, Washington, EUA, 2013.

KRISTESEN, Hans M.; NORRIS, Robert S. Chinese Nuclear Forces, 2013. **Bulletin of the Atomic Scientists**. Reino Unido: SAGE, 2013.

KULACKI, Gregory. **China's nuclear arsenal: status and evolution**. EUA: Union of Concerned Scientists, 2011.

LAI, On Kwok. **Greening of Hong Kong? Forms of manifestation of environmental movements**. In: CHIU, Stephen Wing Kai; LUI, Tai Lok (org.). The dynamics of social movement in Hong Kong. Hong Kong: Condor, 2000.

LIPING, Xia. **Impacts of China's nuclear doctrine on international nuclear disarmament**. In: 13th PIIC Beijing Seminar on International Security, 2012, Pequim. Anais. Pequim, 2012, p. 1-11. Disponível em: http://www.nti.org/media/pdfs/Xia_Liping.pdf. Acesso em: 26 jul. 2014.

NETO, Ibrahim Abdul Hak. **Armas de destruição em massa no século XXI: novas regras para um velho jogo – o paradigma da Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI)**. Brasília: FUNAG, 2011.

SAMPAIO, Maria Feliciano Nunes Ortigão de. **O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira**. Brasília: FUNAG, 2012.

SCHNEIDER, Mycle; FROGGATT, Antony. **The world nuclear industry status report 2012**. Paris, Londres: Myclke Schneider Consulting Project, 2012.

_____. **The world nuclear industry status report 2013**. Paris, Londres: Myclke Schneider Consulting Project, 2013.

SHEPERD, Hana. **Movements against nuclear power**. SociologyLens, 2011. Disponível em: <http://thesocietypages.org/sociologylens/2011/03/21/movements-against-nuclear-power>. Acesso em: 23 jul. 2014.

STERNFELD, Eva. China going nuclear. **Hintergrundinformationen**. Alemanha, n. 14, nov. 2010, p. 1-12.

THE BULLETIN. **Student protests continue in China**. Oregon, EUA, 26 dez. 1985. Caderno C. Disponível em:

<http://news.google.com/newspapers?id=yo9TAAAAIIBAJ&sjid=soYDAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=4433%2C4932755>. Acesso em: 26 jul. 2014.

THE ECONOMIST. **Limitingthefallout**. 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/news/china/21582016-rare-protest-prompts-government-scrap-plans-build-uranium-processing-plant>. Acesso em: 07 jun. 2014.

THE REGISTER GUARD. **China detains Greenpeace protesters**. Oregon, EUA, 15 ago. 1995. Caderno A. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?id=0kZWAAAAIIBAJ&sjid=GOsDAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=3295%2C3538264>. Acesso em: 26 jul. 2014.

WANG, Qiang. **China needing a cautious approach to nuclear power strategy**. Energy Policy. EUA: Elsevier, n. 37, 2009, p. 2487-2491.

WISEMAN, Paul. **Cracking the great firewall of China's web censorship**. 2008. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Technology/story?id=4707107>. Acesso em: 23 jul. 2014.

ZHOU, Yun. **Why is China going nuclear?** Energy Policy. EUA: Elsevier, n. 38, 2010, p. 3755-3762.

ZHOU, Sheng; ZHANG Xiliang. **Nuclear energy development in China: a study of opportunities and challenges**. Energy. EUA: Elsevier, n. 35, 2009, p. 4282-4288.

ZHU, Mingquan. **The evolution of China's nuclear nonproliferation policy**. The Nonproliferation Review/Winter. Vermont, EUA, 1997, p. 40-48.